

DOSSIÊ: VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR E ESCOLA EM CONTEXTO VIOLENTO

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E NO BAIRRO: O IMPACTO DA VITIMIZAÇÃO NA AUTORIDADE DOS PROFESSORES E NOS COMPORTAMENTOS DE QUEBRA DE REGRAS DE ADOLESCENTES

ALINE MORAIS MIZUTANI GOMES

Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo e Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

DEBORA PICCIRILLO

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

RENAN THEODORO OLIVEIRA

Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

RESUMO

Esse artigo investiga as influências de vitimizações dentro e fora da escola para a legitimidade dos professores e para o comportamento de quebra de regras dos adolescentes. Em diálogo com a literatura sobre socialização legal, o estudo utiliza dados de um *survey* realizado com adolescentes da cidade de São Paulo. Observou-se que estudantes autodeclarados pretos, meninos e estudantes de escola pública são mais sujeitos à vitimização no bairro e na escola. Adolescentes vítimas de violência na escola são menos dispostos a legitimar os professores. Observou-se também que os estudantes mais vitimados têm maiores chances de se engajar em comportamentos de quebra de regras. Conclui-se que a criação de um ambiente escolar livre de violências pode reduzir o impacto da violência no bairro sobre as relações com os professores e os comportamentos de quebra de regras dos adolescentes.

Palavras-chave: vitimização na escola, exposição à violência, legitimidade do professor, comportamentos de quebra de regras.

ABSTRACT

VIOLENCE AT SCHOOL AND AT NEIGHBORHOOD: THE IMPACT OF VICTIMIZATION OVER TEACHERS' AUTHORITY AND ADOLESCENTS' RULE-VIOLATING BEHAVIOR

This article investigates the influences that victimizations in and outside school may have over teachers' legitimacy and adolescents' rule-violating behavior. In dialogue with the legal socialization literature, the study uses data from a survey conducted with adolescents living in the city of São Paulo. Findings show that black students, boys and students of public schools are more exposed to both neighborhood and school victimization. Adolescents victims of school violence are less willing to legitimize their teachers. They are also more likely to engage in rule-violating behavior. The study reveals that developing a school environment free of violence may reduce the impact that neighborhood violence has over the relationship between adolescents and teacher, as well as over adolescents' rule-violating behavior.

Keywords: *victimization at school, exposure to violence, teacher's legitimacy, rule-violation behavior.*

Data de recebimento: 30/07/2018 – **Data de aprovação:** 12/11/2018

INTRODUÇÃO

A violência na escola não é um tema novo. Há tempos preocupa não só educadores, mas a sociedade em geral, especialmente por a escola representar um dos principais espaços de socialização na vida de uma criança, e ter, nesse sentido, um papel fundamental na formação dos valores, crenças, no desenvolvimento do senso crítico e de uma consciência reflexiva.

Como já apontava Durkheim (2008), a escola pode cumprir papel primordial na formação moral das futuras gerações pois, além de desenvolver aptidões curriculares, no ambiente escolar os indivíduos são socializados enquanto cidadãos, são introduzidos nos sistemas de regras que predeterminam a conduta em sociedade e que informam como se deve ou não agir em determinadas situações.

Entretanto, esse papel pode ser seriamente comprometido pela vivência de constantes vitimizações no ambiente escolar. Além dos danos emocionais e dos prejuízos para a qualidade do aprendizado, a violência pode gerar impactos negativos no que diz respeito à função social da escola no desenvolvimento das aptidões cívicas. Mais especificamente, a violência pode afetar as relações de confiança e a legitimidade dos atores escolares, o que por sua vez poderá influenciar na participação dos alunos nas aulas, em seu engajamento nas atividades propostas e na cooperação voluntária com as dinâmicas de ensino (ABRAMOVAY e RUA, 2002; TYLER e TRINKNER, 2018).

Para que os estudantes se envolvam efetivamente no ensino, não basta que sejam motivados pela possibilidade de serem recompensados com boas notas, tampouco que se orientem meramente para evitar as punições escolares, mas depende da confiança depositada no professor e do reconhecimento de sua autoridade (GREGORI e RIPSKI, 2008, GRAÇA *et al.*, 2013). Além disso, conforme os adolescentes percebem seus professores como legítimos, eles tenderão a seguir as regras e a se engajarem menos em comportamentos de quebra de regras (JELENIEWSKI, 2014).

Esse artigo tem dois objetivos: primeiro, apresentar o rol de vitimizações vivenciadas dentro e fora da escola por adolescentes do 7º ano do ensino fundamental e como essas experiências afetam a legitimidade do professor, considerando que o tipo de relação estabelecida entre alunos e professores é fundamental para o aprendizado efetivo e para o desenvolvimento de atitudes democráticas. O segundo objetivo é demonstrar em que medida a legitimidade dos professores pode influenciar os comportamentos de quebra de regras dos adolescentes.

O artigo está organizado da seguinte forma: uma breve revisão de pesquisas sobre exposição à violência no bairro e vitimização na escola, seguida de levantamento de estudos acerca da autoridade dos professores. Na próxima seção são explicitadas a origem dos dados trabalhados e a composição das variáveis de interesse. Na seção de resultados, testam-se as seguintes hipóteses: H1: maior exposição à violência no bairro implicará em menor legitimidade dos professores; H2: a combinação entre vitimização na escola e a exposição à violência no bairro afetam negativamente a legitimidade dos professores; H3: a vitimização na escola e exposição à violência no bairro influenciam positivamente o aumento dos comportamentos de quebra de regras por parte dos estudantes; e H4: a legitimidade dos professores diminui a chance de

que um adolescente se engaje em comportamentos de quebra de regras. Na seção final são discutidas as implicações dos resultados encontrados para o ambiente escolar.

VIOLÊNCIAS NO BAIRRO E NA ESCOLA

O termo violência é polissêmico. Faz menção a diferentes fatos e ações humanas que perturbam ordens sociais pelo emprego de força desmedida ou fora de limites convencionais. Os atos de violência são múltiplos; suas causas e efeitos passíveis de observação em dimensões objetivas e subjetivas. A depender do contexto sócio histórico, determinadas ações violentas são alvos de reprovação coletiva ou são codificadas como crime pelas leis vigentes em cada país (ADORNO, 2011).

Estudos no Brasil têm demonstrado que as violências são desigualmente distribuídas entre os setores sociais e a faixa etária entre os 14 e 30 anos é a mais exposta às múltiplas formas (CARDIA, 2012). Chama atenção o fato de que os mais jovens são o principal alvo de violências físicas severas e de graves violações de direitos (WASELFISZ, 2014; 2015). Igualmente, são as principais vítimas da violência policial (SINHORETO, SILVESTRE e SCHLITTLER 2014).

Seja como vítima ou como testemunha, a exposição de adolescentes à violência está negativamente associada ao desenvolvimento biopsicossocial, gerando traumas psicológicos, depressão, ansiedade, baixa autoestima, dificuldades de aprendizado e de sociabilidade (OSOFKY, 1999; SALZINGER et al., 2002). Um *survey* realizado em diversas capitais brasileiras (CARDIA, 2003; 2012) mostrou que as pessoas expostas à violência durante a infância têm mais chances de se tornarem vítimas no futuro, e são mais dispostas a apoiar o uso da força para resolução de conflitos.

Estudos têm apontado que a violência localizada no contexto escolar possui características específicas e que por isso pode ter diferentes impactos no cotidiano escolar: dificuldades na aprendizagem dos alunos, evasão escolar, absenteísmo e rotatividade dos professores, conflitos interpessoais causados pelo estresse de um ambiente violento (ABRAMOVAY e RUA, 2002).

A pesquisa de Williams *et al.* (2011) demonstrou o quanto uma experiência escolar coercitiva pode causar danos emocionais a longo prazo. A experiência escolar negativa levou os participantes a apresentarem com maior frequência, sentimentos de nervosismo, raiva, tristeza, solidão, comportamentos de hipervigilância, além de pensamentos intrusivos.

Um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (RUOTTI, ALVES e CUBAS, 2006) destaca que as relações entre escola e violência não são simples, mas demandam um entendimento complexo sobre as causas e efeitos da violência no contexto escolar. Em primeiro lugar é preciso reconhecer que a interferência da violência presente no bairro (homicídios, tráfico de drogas, roubos) não é direta e nem unidirecional, todavia, soma-se aos problemas estruturais (más condições físicas dos prédios, falta de recursos humanos e materiais) e relacionais (disputa de poder entre funcionários, falta de espaços de diálogo, autoritarismos) já presentes no interior da escola. Além disso, o exercício de práticas punitivas e excludentes reforça uma cultura de violência, na qual a escola pode estar inserida.

A escola, então, pode funcionar tanto como um agente de reprodução de uma violência que vem de fora, estigmatizando o aluno agressivo e reforçando em suas práticas padrões de comportamento

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

violentos, ou pode romper com esse ciclo ao desnaturalizar a violência do cotidiano e promover um ambiente democrático, no qual tanto alunos como professores são estimulados a participar da gestão dos conflitos. Contudo, para que a escola se torne um agente capaz de resistir à violência do seu entorno e de transformar as estruturas autoritárias da sociedade é preciso que as relações estabelecidas entre os atores escolares sejam pautadas no diálogo, na imparcialidade, na equidade e na reciprocidade.

É neste sentido que o presente artigo aborda como a interação entre diferentes expressões de violência podem interferir nas relações dos adolescentes com a escola. Considera-se exposição à violência o fato de testemunhar ou conviver com a prática de crimes nos bairros, especialmente no entorno da moradia e da escola. Já em relação ao contexto escolar, serão consideradas as situações em que os adolescentes tiveram algum direito violado, seja como vítima de agressão física e verbal ou de roubos de pertences.

AUTORIDADE DOS PROFESSORES

Os professores são as primeiras figuras de autoridade a que crianças e adolescentes são expostas além de seus pais, responsáveis e familiares. Mas a autoridade que se exerce na escola é de natureza diferente da autoridade familiar. Na escola, as relações hierárquicas são marcadas pela impessoalidade e pelo reconhecimento da função social das figuras de autoridade (DURKHEIM, 2008). Dessa maneira, crianças e adolescentes aprendem a estabelecer relações com autoridades cuja legitimidade se origina em uma ordem legal (GOUVEIA-PEREIRA *et al.*, 2003).

Vale lembrar que a atribuição de legitimidade a uma autoridade não é uma questão de inclinação pessoal ou de disposição inata dos indivíduos, assim como não é uma virtude de quem ocupa uma posição de poder. A legitimidade é uma característica de relações sociais que envolvem hierarquias, e apenas é possível quando há compartilhamento de sentidos entre dominantes e subordinados. Portanto, a legitimidade é, ao mesmo tempo, a capacidade de exercer comando e a aquiescência de quem obedece (WEBER, 1999a).

Um ordenamento social é legítimo quando aparece aos indivíduos como “algo modelar ou obrigatório” e sua vigência é demonstrada pela probabilidade de que os indivíduos orientem seu comportamento considerando os sentidos esperados pela ordem. Nessa perspectiva, a legitimidade das autoridades é demonstrada quando os indivíduos agem seguindo as regras sociais não apenas por interesse próprio ou perseguindo vantagens individuais, mas pela crença de que obedecer é o certo a se fazer (WEBER, 1999b; TYLER, 1990; TYLER e TRINKNER, 2018). Nesses termos, os estudantes legitimam os professores quando entendem que é um dever aceitar suas decisões e obedecem voluntariamente às regras e normas estabelecidas no ambiente escolar (TYLER, 1990; LAUPA e TURIEL, 1993; GRAÇA *et al.*, 2013; TRINKNER e COHN, 2014).

Da legitimidade dos professores não se segue que o comportamento dos estudantes deva ser cego ou subserviente. Estudantes legitimam os professores quando reconhecem que a autoridade não excede alguns limites nas relações interpessoais (YARIV, 2009). Ao julgar a legitimidade de uma autoridade escolar, os indivíduos consideram se a autoridade está exercendo poder de acordo com o que é esperado de quem ocupa tal posição social (LAUPA e TURIEL, 1993). A atribuição de legitimidade às autoridades está diretamente relacionada à maneira como essas exercem seu poder e como tratam os indivíduos na relação de autoridade (TYLER, 1990; TRINKNER e COHN, 2014).

A escola ocupa papel central no desenvolvimento das aptidões cívicas e morais, primeiramente por meio dos projetos pedagógicos e ensinamentos intencionais. Também forma cidadãos ao passo que as

interações com professores e autoridades escolares transmitem valores como solidariedade, respeito às minorias, tolerância, justiça (TYLER e TRINKNER, 2018; JUSTICE e MEARES, 2013). No curso dessas interações cotidianas os estudantes são expostos a diferentes formas de exercício de poder e dessa maneira formam suas opiniões sobre a legitimidade de autoridades institucionais.

Em estudo com participação de 448 estudantes de 5 diferentes escolas de Portugal, Maria Gouveia-Pereira *et al.* (2003) encontraram indícios da associação entre experiências no ambiente escolar e a legitimidade de outras autoridades institucionais como juízes, policiais e a legitimidade das leis. Em seus termos, os contatos diários com as autoridades na escola compõem um quadro de referências que é recuperado quando os adolescentes avaliam as autoridades institucionais. Nesse processo socializador, a maneira como a autoridade escolar exerce poder é fundamental para a legitimação das demais autoridades. Os adolescentes que avaliam os professores como justos e democráticos nos seus métodos, tendem a considerar mais legítimas as autoridades policiais.

A legitimidade dos professores também exerce efeitos sobre o comportamento de quebra de regras dos estudantes dentro e fora da escola. Em pesquisa realizada no estado de New Hampshire, Estados Unidos, Trinkner e Cohn (2014) entrevistaram dois grupos de estudantes com idades médias de 16 e 19 anos. Identificaram que a baixa legitimidade dos pais, da polícia ou dos professores aumentam as chances de que adolescentes se engajem em uma série de comportamentos delinquentes, como furtos em lojas, uso da força física em conflitos interpessoais ou uso de substâncias ilícitas. De acordo com os autores, quando essas autoridades agem de maneira desrespeitosa ou injusta nas situações de poder, surgem duas consequências na socialização dos adolescentes. Por um lado, as autoridades perdem legitimidade gerando desconfiança nos adolescentes. Por outro lado, ao agirem de forma imprevisível ou autoritária, estimulam nos adolescentes a formação de uma postura “cínica” em relação ao sistema de leis e normas. Com isso, os adolescentes passam a acreditar que podem deixar de observar as regras e as leis para satisfazer seus próprios interesses.

MÉTODO

Os dados utilizados nesse artigo foram obtidos pelo “Estudo da Socialização Legal em São Paulo”¹. O estudo é administrado entre estudantes de escolas públicas e privadas, nascidos em 2005 e moradores do município de São Paulo. Trata-se uma pesquisa de tipo longitudinal que coleta dados anualmente com os mesmos participantes. Na primeira onda do estudo (2016) participaram 800 indivíduos e na segunda (2017) foram 743 entrevistados.

A amostra foi desenhada para ser representativa dos adolescentes da cidade nessa faixa etária. Escolas públicas e privadas foram sorteadas em todas as regiões de modo a respeitar a distribuição do Censo Escolar de 2014: 67% escola pública, 33% escola privada. Através do método de Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT), as escolas com maior número de matrículas tinham mais chances de serem sorteadas.

Nesse artigo serão usados os dados da segunda onda do estudo. A amostra contempla 50,07% meninos, e 49,93% meninas. Seguindo os padrões de auto declaração étnico-racial do IBGE, obteve-se 46,16%

¹ Esse estudo faz parte do projeto “Construindo a Democracia no Dia a Dia: Direitos Humanos, Violência e Confiança Institucional” desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) no âmbito dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão da FAPESP (CEPID) (Processo n. 2013/07923-7).

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

de brancos, 30,55% de pardos, 10,77% de pretos, 3,1% indígenas, 1,88 % amarela-asiática, 7,13% não souberam se classificar e outros 0,4% não souberam responder. A maioria é estudante de escola pública (60,70%)² de administração estadual e municipal. Os participantes estão distribuídos pelas cinco regiões do município de São Paulo (norte, centro, centro-oeste, leste e sul).

A aplicação do questionário foi realizada individualmente por entrevistadores do IBOPE-Inteligência com o uso de *tablets* e cada entrevista durou aproximadamente 30 minutos. O uso desse questionário foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) e foi garantido aos entrevistados o sigilo de seus nomes e respostas, dada a finalidade acadêmica da pesquisa.

Para a elaboração deste artigo foram selecionadas as seguintes variáveis:

Variáveis Sociodemográficas: sexo (masculino e feminino), tipo de escola (pública e privada) e cor (preto e não preto)³.

Vitimização na escola: os participantes foram questionados sobre a frequência com que passaram por cinco situações diferentes desde a última vez que foram entrevistados (entre 2016 e 2017): “foi xingado ou ofendido verbalmente por alguém”, “alguém da sua idade tirou sarro de você”, “presenciou brigas ou discussões entre alunos(as)”, “foi agredido por um aluno” e “teve algo roubado dentro da escola”. As respostas foram coletadas em uma escala de frequência de quatro pontos (nunca, uma vez, poucas vezes, muitas vezes). A análise fatorial exploratória revelou que estes itens compõem um único fator. Optou-se por criar um índice com a média dos itens, formando uma escala de 0 a 3, em que os maiores valores significam maior vitimização na escola. Por fim, o Alpha de Cronbach foi estimado para testar a confiabilidade da escala, obtendo-se um bom índice de confiança (alpha = 0.6732).

Exposição à violência no bairro: variável que compreende a frequência com que os participantes presenciaram: “pessoas vendendo drogas na rua”, “pessoas sendo assaltadas”, “pessoas andando armadas sem ser policiais” e “ouviu som de tiros”. Todos os itens foram coletados com escala de frequência (nunca, uma vez, poucas vezes, muitas vezes) e têm como referência espacial o bairro e referência temporal o período entre 2016 e 2017. Criou-se uma variável contínua de 0 a 4 a partir das médias dos itens, em que os maiores valores significam maior exposição à violência no bairro. Obteve-se bom índice de confiança da escala (alpha = 0.6952).

Legitimidade do professor: seguindo a literatura internacional (TRINKNER e COHN, 2014), para medir a legitimidade dos professores, os participantes foram questionados sobre a função e o papel que os professores devem cumprir na sala de aula, e as repostas foram coletadas em escala de concordância de quatro pontos (discorda muito, discorda um pouco, concorda um pouco, concorda muito). A análise fatorial exploratória demonstrou que quatro itens poderiam ser agrupados de maneira a obter-se um único fator: “seus professores/as têm o direito de fazer as regras na sala de aula”; “você deve obedecer aos seus professores mesmo quando não concorda com eles”; “seus professores tomam as decisões certas

² Entre a primeira onda do estudo (2016) e a segunda (2017) houve algumas desistências (de 800 participantes para 743) e algumas mudanças de escola. Por esse motivo, a distribuição por tipo de escola na segunda onda é ligeiramente distinta do desenho amostral original, embora estudantes da escola pública continuem sendo maioria.

³ Conforme demonstra a literatura especializada, crianças pretas sofrem diversos tipos violências físicas com mais frequência que as demais (WAISELFISZ, 2014), razão pela qual optou-se por tratar a variável cor de forma dicotômica, comparando os estudantes pretos (cor = 1) com os demais participantes (cor = 0).

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

para você”; “a sala de aula funciona melhor quando você ouve aos seus professores”. Um índice foi criado a partir da média dos itens, com escala de 0 a 4, na qual os maiores valores significam maior legitimidade dos professores. Obteve-se índice de confiança da escala ($\alpha = 0.62$).

Comportamento de quebra de regras: os alunos reportaram com que frequência eles incorreram em seis comportamentos de quebra de regras, variando de situações leves a graves (“copiou a lição de algum colega ou colocou na prova”, “comprou ou pediu para alguém comprar produtos piratas como DVD, filmes, jogos, roupas, tênis, acessórios”, “quebrou ou estragou alguma coisa na escola ou na rua, como lixeira, chutou portão, fez pichação”, “pegou algo de alguém ou de alguma loja sem pagar”, “experimentou alguma droga” e “bateu em alguém com intenção de machucar”). As respostas foram coletadas em escala de frequência de quatro pontos (nunca, uma vez, poucas vezes, muitas vezes). Todos os seis itens foram somados para criar uma única variável em que os comportamentos de quebra de regras são somados de 0 a 13, em que os maiores números indicam que muitos comportamentos foram cometidos muitas vezes.

QUADRO 1

Síntese das variáveis de interesse

Sexo	Feminino/masculino, atribuído pelo entrevistador.
Tipo de escola	Pública/Privada, atribuído pelo critério de seleção da amostra.
Cor/raça	Autodeclarado a partir das categorias oficiais do IBGE: branco, preto, pardo, amarelo, indígena.
Vitimização na escola	Frequência com que o participante foi vítima direta das seguintes situações: roubo, violência física e bullying na escola.
Exposição à violência no bairro	Frequência com que o participante testemunhou situações de violência criminal no bairro como porte de armas, venda de drogas e assaltos.
Legitimidade do professor	Situações que buscam avaliar a concordância do participante com os direitos de o professor exercer a sua autoridade em sala de aula (os professores têm o direito de fazer as regras na sala de aula); e a obrigação do aluno em obedecer a autoridade do professor (dever de obedecer ao professor mesmo quando não concordo com ele).
Comportamento de quebra de regras	Frequência com que o participante relatou ter engajado em certos tipos de comportamentos desviantes, como colar na prova, até comportamentos ilegais, como pegar algo de uma loja sem pagar.

RESULTADOS

A apresentação dos resultados seguirá os seguintes passos. Primeiro, a análise descritiva demonstra as frequências das situações compreendidas nas variáveis vitimização na escola, exposição à violência no bairro e comportamento de quebra de regras, de forma a identificar quais as circunstâncias específicas mais frequentes para essa amostra de adolescentes. Em seguida, são apresentados os valores de média e desvio padrão para as variáveis de interesse de forma agregada. Com esses dados, será possível identificar como as experiências de vitimização, os comportamentos de quebra de regras e a legitimidade dos professores variam de acordo com sexo, cor e tipo de escola. Por último, na análise de regressão linear são demonstrados os fatores que melhor explicam a variação nos níveis de legitimidade dos professores e no comportamento de quebra de regras.

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

Das experiências de vitimização na escola, a mais frequente é ter presenciado brigas entre outros colegas. Dos 743 entrevistados, 67,97% viu ao menos uma vez, sendo que 20,32% presenciou brigas muitas vezes. Ter sido “zoad” por um ou mais amigos ocorreu a 40,78% dos entrevistados. Entre os participantes 39,49% foi xingado ao menos uma vez por algum amigo e 30,91% teve algum objeto roubado na escola. Dentre essas formas de vitimização na escola, a menos frequente foi sofrer agressão, fato que atingiu 13,06% dos entrevistados.

Entre as formas de exposição à violência no bairro exploradas pela pesquisa, a mais frequente é ter escutado som de tiros, o que ocorreu para 32,97% dos respondentes ao menos uma vez. Já 31,94% da amostra afirmou ter visto pessoas sendo assaltadas e 30,69% viram pessoas vendendo drogas nas ruas do bairro no período de um ano. A forma menos frequente foi ter avistado civis andando armados nas ruas, o que ocorreu a 13,75% da amostra.

Já entre os comportamentos de quebra de regras, o mais comum é que as formas mais leves sejam as mais assumidas pelos entrevistados. Foram 39,7% os que admitiram colar na prova e 16,58% que compraram algum produto pirata. As demais modalidades ocorreram com frequência bem menor. Do total de entrevistados, 5,79% bateu em alguém com intenção de machucar, 3,9% cometeu algum dano público e 0,94% experimentou alguma droga.

A tabela 1 reúne as estatísticas descritivas das variáveis de interesse.

TABELA 1**Estatísticas descritivas**

Variável	Obs	Média	Desvio padrão	Min	Max
Sexo (1=feminino)	743	.4993271	.5003364	0	1
Cor (1 = preto)	743	.1076716	.310174	0	1
Tipo de escola (1 = pública)	741	.6072874	.4886836	0	1
Vitimização na escola	743	.7623822	.6433268	0	3
Exposição à violência no bairro	743	.5333109	.6833484	0	3
Legitimidade dos professores	743	3.593.315	.5015917	1	4
Comportamentos de quebra de regras	742	1.222.372	1.643.828	0	13

Para compreender como as variáveis de interesse diferenciam-se de acordo com características sociodemográficas, foram realizados testes de comparação de médias. Serão reportados apenas os casos em que os testes apresentaram diferença estatisticamente significativa entre os grupos (masculino/feminino; pretos/não-pretos; pública/privada).

Em relação à vitimização na escola, as comparações demonstram que, em média, estudantes autodeclarados pretos sofrem mais vitimização na escola que os demais ($p = 0.0122$)⁴.

Como apresentado na tabela 1, nota-se baixa exposição à violência no bairro, com média em torno de 0,53 em uma escala de 0 a 3. Em média, os meninos são mais expostos à violência no bairro do que as meninas

⁴ O p valor indica se a diferença entre os grupos é significativa ou não. Considera-se que um valor p menor que 0,05 é aceitável para rejeitar a hipótese nula (não há diferença entre os grupos).

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

($p = 0.0250$). Em relação ao tipo de escola, estudantes da rede pública estão mais expostos à violência quando comparados aos de escola particular ($p = 0.0000$). Por fim, estudantes pretos relatam exposição a mais tipos de violência e com maior frequência que os demais ($p = 0.0002$).

Para as circunstâncias compreendidas entre os comportamentos de quebra de regras, ao contrário do que se observou para as variáveis de exposição à violência e vitimização, os alunos de escola particular admitem o engajamento em mais comportamentos de quebra de regras e com mais frequência ($p = 0.0013$) do que os alunos de escola pública.

Quando se trata do reconhecimento da autoridade na escola, a maioria dos participantes legitimam os professores. Mais de 80% dos entrevistados relataram os maiores níveis de legitimidade dos professores. Acrescente-se que a legitimidade dos professores é alta independentemente de sexo, cor e tipo de escola, já que os testes de média não demonstraram diferenças para as variáveis sociodemográficas utilizadas nas comparações.

Até aqui, verificou-se como a exposição à violência, a vitimização na escola, os comportamentos de quebra de regras e a legitimidade dos professores variam de acordo com as características sociais e demográficas dos estudantes pesquisados. A seguir, essas variáveis serão cruzadas entre si. Esse ponto da análise dos resultados consiste em buscar correlações estatisticamente significantes entre as variáveis. Pela análise de correlação pretende-se estabelecer a força ou o grau de associação entre duas variáveis, sem indicar a relação de causalidade (GUJARATI, 1988).

TABELA 2

Matriz de correlação de Spearman para as variáveis de interesse

	Sexo (feminino = 1)	Cor (preto = 1)	Tipo de escola (pública = 1)	Vitimização na escola	Exposição à violência no bairro	Legitimidade dos professores	Comportamento de quebra de regras
Sexo (feminino = 1)	1						
Cor (preto = 1)	-0.0864*	1					
Tipo de escola (pública = 1)	-0.0127	0.1907**	1				
Vitimização na escola	-0.0435	0.0919*	0.0498	1			
Exposição à violência no bairro	-0.0822*	0.1341**	0.1673**	0.3211**	1		
Legitimidade dos professores	-0.0664	0.0068	0.0308	-0.2046**	-0.1198**	1	
Comportamento de quebra de regras	-0.0107	0.0349	-0.1184**	0.3577**	0.2070**	-0.3468**	1

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$

A tabela 2 apresenta uma matriz de correlação em que todas as variáveis destacadas nesse artigo são cruzadas entre si. Essa tabela permite observar as correlações entre as variáveis de interesse. Nota-se que o grau de correlação é baixo, indicando que não há multicolinearidade.

Em seguida, estimou-se o impacto que sofrer vitimização na escola e estar exposto à violência no bairro gera nos níveis de legitimidade que os estudantes atribuem aos professores. Por fim, estima-se

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

o impacto dessas variáveis na quantidade e na frequência com que os adolescentes afirmam praticar comportamentos de quebra de regras.

Para essa análise, foram elaborados dois conjuntos de modelos estatísticos testados por meio de regressões lineares múltiplas. No primeiro conjunto de regressões, a variação nos níveis de legitimidade dos professores será explicada pelas variações na exposição à violência e na vitimização, controlando pelas variáveis sociodemográficas. Aqui, serão testadas duas hipóteses: H1: quanto maior a exposição à violência no bairro, menor a legitimidade dos professores; H2: a combinação entre vitimização na escola e a exposição à violência no bairro afetam negativamente a legitimidade dos professores nas escolas.

TABELA 3**Análise de regressão linear (legitimidade dos professores)**

Fator	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	β	SE	β	SE	β	SE
Sexo (fem = 1)	-0.0652	(0.0371)	-0.0752*	(0.0369)	-0.0779*	(0.0362)
cor (preto = 1)	-0.00684	(0.0563)	0.0147	(0.0562)	0.0300	(0.0552)
Tipo de escola (pública = 1)	0.0317	(0.0386)	0.0521	(0.0387)	0.0497	(0.0381)
Exposição à violência no bairro			-0.0990***	(0.0289)	-0.0558	(0.0294)
Vitimização na escola					-0.146***	(0.0284)
_cons	3.607***	(0.0365)	3.650***	(0.0369)	3.739***	(0.0380)
r^2	0.0011		0.0225		0.0538	
N	741		741		741	

(β): coeficiente obtido pela regressão; (SE): Desvio Padrão
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Para testar essas hipóteses, foram elaborados três modelos explicativos para a variação da legitimidade dos professores. Conforme apresentado na Tabela 3, no primeiro modelo foram introduzidas apenas as variáveis sociodemográficas. Nota-se que, embora estejam correlacionadas entre si, nenhuma variável sociodemográfica é preditora da legitimidade dos professores. No segundo modelo, a variável de exposição à violência foi adicionada às demais. Nesse modelo, exposição à violência e sexo (masculino) afetam negativamente a legitimidade dos professores, confirmando a primeira hipótese.

É no terceiro modelo que a segunda hipótese é testada. A variável de vitimização na escola afeta negativamente e de maneira estatisticamente significativa a legitimidade dos professores. Contudo, deve-se destacar que, considerando a vitimização na escola, a exposição à violência deixa de ter impacto significativo na legitimidade dos professores. Dessa forma, a segunda hipótese foi parcialmente confirmada.

Por último, foram elaborados quatro conjuntos de modelos estatísticos para estimar as variações na quantidade e frequência de comportamentos de quebra de regras. Como no caso anterior, em cada um dos modelos uma nova variável é adicionada de forma a testar mudanças nas estimativas. Assim, outras duas hipóteses serão testadas: H3: a vitimização na escola e exposição à violência no bairro influenciam positivamente o maior comportamento de quebra de regras por parte dos estudantes; e H4: a legitimidade dos professores diminui a chance de um adolescente se engajar em comportamentos de quebra de regras.

TABELA 4

Análise de regressão linear (comportamentos de quebra de regras)

Fator	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	β	SE	β	SE	β	SE	β	SE
Sexo (fem =1)	-0.0299	(0.120)	0.0252	(0.115)	0.0415	(0.109)	-0.0289	(0.108)
Cor (preto =1)	0.308	(0.214)	0.188	(0.214)	0.103	(0.201)	0.129	(0.195)
Tipo de escola (pública =1)	-0.436***	(0.127)	-0.549***	(0.126)	-0.536***	(0.118)	-0.491***	(0.111)
Exposição à violência no bairro			0.550***	(0.108)	0.305**	(0.100)	0.255**	(0.0914)
Vitimização na escola					0.826***	(0.100)	0.695***	(0.100)
Legitimidade dos professores							-0.898***	(0.166)
_cons	1.472***	(0.133)	1.232***	(0.125)	0.725***	(0.129)	4.084***	(0.666)
r^2	0.0194		0.0699		0.1653		0.2356	
N	740		740		740		740	

(β): coeficiente obtido pela regressão; (SE): Desvio Padrão
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Como já havia sido indicado nos testes de média e de correlações, era esperado que os modelos de regressão linear para comportamento de quebra de regras apresentassem impacto significativo do tipo de escola. Como visto na tabela 4, o tipo de escola é significativo: no modelo 1, ser de escola privada aumenta as chances de cometer comportamentos de quebra de regras. Essa é a única variável sociodemográfica que permanece significativa nos quatro modelos.

Os modelos 2 e 3 incluem as variáveis de exposição à violência no bairro e vitimização na escola, respectivamente. Ambas influenciam positivamente, indicando que quanto mais exposição à violência no bairro e mais vitimização na escola, mais comportamentos de quebra de regras os alunos terão cometido. Contudo, a introdução da variável vitimização na escola diminui a significância estatística da exposição à violência no terceiro modelo (Modelo 2: $p < 0,001$; Modelo 3: $p < 0,01$). De todo modo, a combinação das duas experiências afeta os comportamentos de quebra de regras, confirmando a terceira hipótese.

Por último, o quarto modelo introduz a variável da legitimidade do professor para explicar variações no comportamento de quebra de regras. Nesse modelo, exposição à violência continua significativa, mas perde relevância. Como previsto, a legitimidade dos professores é a variável que se associa de maneira mais forte para estimar as mudanças no comportamento de quebra de regras ($\beta = -0.898$, $p < 0,001$). O quarto modelo explica 23,56% do total de variação. Assim, confirma-se a última hipótese proposta para esse artigo: quanto menor for a legitimidade dos professores, maior será a chance de os estudantes engajarem em comportamentos de quebra de regras.

DISCUSSÃO

Os resultados dessa pesquisa ajudam a entender um pouco mais as dinâmicas da violência dentro e fora do ambiente escolar, e os impactos que essas experiências podem ter não apenas dentro da sala de aula, mas também no comportamento de quebra de regras de adolescentes em idade escolar.

A primeira hipótese testada foi a de que quanto mais expostos à violência no bairro, menos os adolescentes legitimariam os professores. Essa hipótese foi confirmada mostrando que um ambiente marcado por conflitos pode prejudicar as relações entre adolescente e autoridades, mesmo autoridades não relacionadas à esfera legal, como é o caso dos professores.

Entretanto, o terceiro modelo de regressão da legitimidade dos professores mostrou que esse efeito negativo da exposição à violência no bairro é atenuado pela vitimização na escola. Estudantes que sofreram violência na escola legitimam menos os professores, enquanto aqueles que foram expostos à violência no bairro, mas não na escola, legitimam mais os professores. Esse modelo demonstra que para a autoridade do professor importa mais o que ocorre no ambiente escolar que fora dele.

Esse resultado é bastante relevante para as dinâmicas escolares, principalmente no que se refere à atuação dos professores em escolas situadas em bairros marcados pela violência. Apesar de um contexto violento afetar negativamente as relações entre adolescentes e professores, é o ambiente escolar que possui maior peso e relevância para essa relação, de modo que há possibilidade dos professores e outros atores escolares interferirem para diminuir o impacto da violência no bairro sobre o cotidiano escolar. Garantir um ambiente escolar livre de violências pode ser uma maneira de atenuar as experiências ruins ocorridas fora da escola, demonstrando para o aluno que a escola é um lugar seguro e que as autoridades desse ambiente são confiáveis.

A segunda análise de regressão confirmou mais duas hipóteses: que os adolescentes, vítimas de violência no bairro e na escola, engajam em mais comportamentos de quebra de regras, e que os adolescentes que legitimam os professores têm menos chances de se engajarem em comportamentos de quebra de regras. A legitimidade dos professores se mostrou o principal preditor do comportamento de quebra de regras, atenuando os impactos negativos da vitimização. Assim, adolescentes que percebem os professores como autoridades legítimas tendem a respeitar mais as regras, com menor engajamento nos comportamentos desviantes.

Cabe ressaltar que os comportamentos de quebra de regras são autodeclarados, e que por isso podem ter sido subestimados nessa amostra, uma vez que as pessoas tendem a omitir comportamentos socialmente reprováveis em pesquisas dessa natureza. Ainda assim, mesmo com uma baixa frequência desse tipo de comportamento, as associações encontradas são significativas e indicam uma tendência em consonância com pesquisas na área que usam o mesmo método (TRINKNER, *et al.*, 2012; TRINKNER e COHN, 2014).

Com base nos dados apresentados, é possível concluir que a exposição à violência no bairro e a vitimização na escola possuem efeitos diferentes nas atitudes e comportamentos dos adolescentes. A violência no bairro possui efeitos negativos na legitimidade dos professores e é um preditor do comportamento de quebra de regras quando considerada de forma isolada, mas perde sua significância quando outros elementos são introduzidos. A vitimização na escola, ao contrário, continua relevante para explicar os comportamentos de quebra de regras mesmo quando a legitimidade dos professores entra na equação.

Nesse sentido, a vitimização na escola possui um efeito direto e um efeito indireto no comportamento de quebra de regras. Direto porque é um preditor do comportamento de quebra de regras quando considerada sozinha; e indireto porque atua negativamente sobre a legitimidade, a qual atua sobre o comportamento de quebra de regras.

Esses resultados reforçam o que pesquisas em outras áreas já haviam demonstrado: as diferentes formas de violência podem ter impactos não apenas no desenvolvimento de crianças e adolescentes, elas também afetam as relações que estes vão construindo com as autoridades. Um esforço por parte dos atores colares para produzir um ambiente seguro e livre de violências pode ajudar a diminuir os atritos entre adolescentes e professores, bem como os comportamentos de quebra de regras dos adolescentes dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. **Agenda Brasileira: Temas de uma Sociedade em Mudança**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, 554-565.
- BAZ, Olalla; FERNÁNDEZ-MOLINA, Esther. Process-based model in adolescence. Analyzing police legitimacy and juvenile delinquency within a legal socialization framework. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 24, n. 3, 2018, p. 237-252. .
- CARDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos. **Lusotopie**, 2003, 299-328.
- CARDIA, Nancy. **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- GOUVEIA-PEREIRA, Maria; VALA, Jorge; PALMONARI, Augusto; RUBINI, Monica. School experience, relational justice and legitimation of institutional. **European Journal of Psychology of Education**, v. 18, n. 3, 2003, 309-325.
- GRAÇA, João; CALHEIROS, Maria Manuela; BARATA, Maria Clara. Authority in the classroom: adolescent autonomy, autonomy support, and teachers' legitimacy. **European journal of psychology of education**, v. 28, n. 3, 2013, 1065-1076.
- GREGORY, Anne; RIPSKE, Michael B. Adolescent trust in teachers: Implications for behavior in the high school classroom. **School Psychology Review**, v. 7, n. 3, 2008, 337-353.
- GUJARATI, Damodar N. **Basic econometrics**. McGraw-Hill Book Company, 2nd ed. New York, 1988.
- JELENIIEWSKI, Stacy. **Expanding Legitimacy in the Procedural Justice Model of Legal Socialization: Trust, Obligation to Obey and Right to Make Rules**. Dissert. University of New Hampshire, 2014.
- JUSTICE, Benjamin; MEARES, Tracey. How the Criminal Justice System Educates Citizens. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 651, n. 1, 2013, 159 – 177.
- LAUPA, Marta; TURIEL, Elliot. Children's Concepts of Authority and Social Contexts. **Journal of Educational Psychology**, v. 85, n. 1, 1993, 191-197.
- OSOFSKY, Joy D. The impact of violence on children. **The Future of Children**, v. 9, n. 3, 1999, 33 – 49.

Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes

Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira

PACE, Judith L., HEMMINGS, Annette. Understanding authority in classrooms: a review of theory, ideology, and research. **Review of Educational Research**, v. 77, n. 1, 2007, 4–27.

RUOTTI, Caren, ALVES, Renato, CUBAS, Viviane. **Violência na escola: um guia para pais e professores**. São Paulo: ANDHEP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SALZINGER, Suzanne; FELDMAN, Richard S.; STOCKHAMMER, Tanya; HOOD, Julie. An ecological framework for understanding risk for exposure to community violence and the effects of exposure on children and adolescents. **Aggression and Violent Behavior**, v. 7, n. 5, 2002, 423–451

SINHORETO, Jaqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: Letalidade policial e prisões em flagrante**. São Carlos, 2014. Disponível em: http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf

TRINKNER, Rick; COHN, Ellen; REBELLON, Cesar; GUNDY, Karen Van. Don't Trust Anyone Over 30: Parental Legitimacy as a Mediator Between Parenting Style and Changes in Delinquent Behavior Over Time. **Journal of Adolescence**, v. 35, n. 1, 2012, 119-132.

TRINKNER, Rick; COHN, Ellen. Putting the 'Social' Back in Legal Socialization: Procedural Justice, Legitimacy, and Cynicism in Legal and Nonlegal Authorities. **Law and Human Behavior**, v. 38, n. 6, 2014, 206-617.

TYLER, Tom. **Why People Obey the Law**. New Haven: Yale University Press, 1990.

TYLER, Tom R.; TRINKNER, Rick. **Why children follow rules: Legal socialization and the development of legitimacy**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil**. Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por Arma de Fogo**. Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, vol. 1. Brasília: UnB, 1999a.

_____. **Economia e Sociedade**, vol. 2. Brasília: UnB, 1999b.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque et al. Efeitos a Longo Prazo de Vitimização na Escola. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, 2011, 187-199.

YARIV, Eliezer. Students' attitudes on the boundaries of teachers' authority. **School Psychology International**, v. 30, n. 1, 2009, 92-111.